



Câmara Municipal de Albufeira

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2016**

Ao segundo dia do mês de março do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu presidente, senhor **Carlos Eduardo da Silva e Sousa**, achando-se presentes os vereadores, senhores, **Célia Maria Calado Pedroso, Marlene Martins Dias da Silva, Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto**, tendo o vice-presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo** chegado após o período de audição do público. -----

Participou a senhora vereadora **Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça**, nos termos previstos nos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, em substituição do senhor vereador **Sérgio Brito**, que informou da sua impossibilidade de participar na reunião por se encontrar ausente da área do município. -----

Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha**. -----

Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, deu a Câmara início à: -----

= AUDIÇÃO DO PÚBLICO =

O senhor presidente saudou os presentes e convidou o público a inscrever-se a fim de participar na reunião. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: *"Bom dia, eu estou aqui em representação da Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira, foi reativada, uma vez que ela já existiu, mas, entretanto, estava inativa, foi reativada e houve eleições, portanto tomamos posse todos no passado dia três de novembro, portanto estamos formalmente constituídos agora. Somos doze associações de pais do concelho, portanto acho que conseguimos ter uma representatividade bastante correta daquilo que se passa a nível do concelho e dos três agrupamentos e então, pronto, estamos aqui, aliás eu tinha pedido para eles se levantarem, mas nem vale a pena porque são estes todos que são os representantes das associações de pais, portanto é fácil de identificar, somos nós todos aqui deste lado, pronto, e nós quisemos vir aqui por duas coisas, uma para fazer a apresentação formal, porque é importante apresentarmo-nos, dizermos que existimos e verem as caras das pessoas, porque estes são alguns, são*



muitos mais, mas saber quem são as pessoas porque isto é uma terra pequena e ao fim e ao cabo também todos nos conhecemos, por um lado fazer essa apresentação formal e cordial, não é? Por outro lado, claro está que vínhamos pedir alguma coisa, não é? Pronto e então queríamos, até porque nos reunimos frequentemente e contactamos com frequência, estamos a par das coisas que se passam, queríamos pedir mais e melhores recursos humanos para as escolas. Nós sabemos que isto é sempre um assunto complicado, sabemos também o contexto em que estamos, mas o que acontece é que é atualmente uma situação grave e que todos nós tememos que venha a tornar-se ainda mais grave, porque há escolas que abrem com um funcionário que limpa as salas e vai à portaria receber os pais, há refeitórios que têm as funcionárias a servir a comida, mas não têm ninguém a vigiar a sala e aquilo é uma perfeita selva, há alunos, portanto há crianças e jovens com necessidades fortes de acompanhamento pedagógico e ao nível mesmo psicológico e outros, e que não os têm porque não há pessoal adequado, ou em quantidade, ou qualidade, não sei, mas não me compete a mim saber isso, nem a nós, mas que não resulta, isso depois redonda numa série de problemas que é mau, em primeira instância para os alunos, e é por isso que nós cá estamos, mas depois tem reflexos negativos, obviamente, nos professores, nas escolas, nas famílias, em todos nós, e sobretudo, a médio e a longo prazo, vai ter um reflexo bem mau porque tem a ver com a fraca qualidade do ensino nas escolas que não estão obviamente a ser bem organizadas nesses aspetos, pronto, então vínhamos essencialmente pedir mais e melhores recursos humanos para as escolas do concelho, queríamos também pedir outra coisa, que era a reativação do Conselho Municipal de Educação, uma vez que seria esse o espaço próprio para discutir e resolver este tipo de problemas, jugamos nós, pronto, e por último queríamos pedir também uma sede, portanto, um espaço físico para nós pudermos trabalhar. Atualmente temos uma sala cedida pelo diretor do Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente, pelo professor Aurélio Nascimento, cedeu-nos uma sala, mas realmente é uma sala que tem os constrangimentos dos horários da escola e às vezes dá-nos, e é partilhada, para além de ser partilhada, pronto, mas temos esse constrangimento e acho que seria justo, se fosse possível, termos de facto acesso a um espaço fora das escolas, onde pudéssemos trabalhar, não é? E criar arquivos e pudermos ter uma ação digna. Não sei se me esqueci de alguma coisa, querem dizer mais alguma coisa? Não? Então é tudo, obrigado."-----

– Vitalino Coelho - O munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: "Bom, senhor presidente, é o seguinte, eu estou aqui como proprietário e locatário da parte da superfície cave do Hotel Califórnia e o que a gente pretende saber é se a maneira que

estão a fazer as obras e se vai resultar para futuro a evitação de inundações naquele espaço, porque aquele espaço, não sei se sabem, sabem-no bem, seguramente, aqui há quatro anos a minha loja foi inundada, perdeu-se a mercadoria toda, cento e tal mil euros, a seguir, esta senhora aqui fez decorações espetaculares, aquilo é uma cave, só visto as decorações que ela lá fez, até com brutos candeeiros em cristais e houve uma segunda inundação. Esta compreendia-se, esta última compreendia-se porque de facto a chuva que choveu era talvez complicado evitar, a segunda vez, perdeu, obviamente, também a decoração e não só, agora quando houve esta inundação, oito dias ou não sei, talvez quinze dias depois houve uma quedazinha de água e nós tivemos seguramente, se aquilo tem continuado mais vinte minutos, estaríamos a vinte minutos de entrar novamente água lá. É óbvio que não estragaria nada, porque a loja ainda estava devoluta, com a inundação que houve a loja ficou toda estragada, sem eletricidade, sem tetos falsos, as bombas elétricas que lá estão, os quadros da luz, gastos seguramente que devem rondar os setenta mil euros. Eu digo-me e sou sincero, sou empresário aqui nesta vila há muitos anos, já aqui ando desde mil novecentos e setenta e quatro e ponho uma questão que é muito simples, o cidadão comum que sou eu, o empresário, nós temos o direito de exigir, pois, obviamente o senhor presidente sabe que os IMI's agora, eu tenho aí quatro situações em que na matriz tinha lojas a noventa mil passaram para quatrocentos mil, imagine o que é que eu estou a pagar de IMI e como é que vou suportar e vou aguentar. E depois detrás disto há estes fenómenos, este fenómeno de agora, o próximo, espero bem que não haja um próximo, porque havendo um próximo temos de ver senhor presidente. O senhor, eu agradeceria que um representante vosso fosse à baixa ver, precisamente à loja desta senhora, que vejam o trabalho que foi feito de novo lá e os senhores façam um exame, o que seria, ou o que será se daqui a um ano houver uma nova inundação, estamos a falar de setenta mil euros. É óbvio, ela suporta porque tem um leasing lá e minimamente o seguro ainda a apoia, eu da minha loja perdi tudo, perdi tudo e ia perdendo a mulher, que ela entrou em paranoia, porque cada momento que havia aí uma trovoadazita já o Vitalino e a mulher não dormia, estávamos levantados, íamos para a baixa fazer de bombeiros e muitas vezes, duas ou três vezes, eu consegui evitar a água porque andei com água até ao peito a desentupir os algerozes que metem plásticos de verão, que vocês todos sabem, não é? De maneira que é assim, eu agora estive lá em baixo na baixa, ainda ontem dei uma volta ali, está-se a abrir buracos na avenida, é capaz de ser uma ótima ideia, mas não pode passar se vocês não tirarem o que lá está, porque os esgotos que lá estão a três quartos estão cheios de areia. Agora imagine senhor presidente, você tem uma garrafa vazia, mete



água, enche, quando ela enche já não, transborda, transbordando vai para onde? Vai para onde estiver a parte mais baixa, ali tem que ser um fenómeno que tem que ser resolvido senhor presidente, lamento tem que ser resolvido. Eu não me quero ver noutra situação, não na pele dela, porque ela coitada perde mais, mas até inclusive na minha pele, na minha pele e não só, nós ali não sou só eu o Vitalino, eles têm lá uma loja e há mais quatro ou cinco empresários de Albufeira que também têm loja. Ali é bem simples, na frente ao bar do Xufre tem lá um esgoto que deve ter de diâmetro aí trinta, trinta de diâmetro, bom, eu acho que isso é insuficiente, trinta é insuficiente, poderia ser suficiente se não viessem as águas de cima, agora na avenida principal, de facto, está-se a abrir, a partir ali o betão, abrir, mas quando se abre chega-se à conduta e a conduta deve ter um metro quadrado, um metro quadrado, a três quartos ela está cheia de areia, vamos ver qual é a solução? Qual seria a solução para que se desentupa e se retire os dois, ou três, ou quatro, ou cinco, ou oito TIR's de areia que está no prolongamento, ou seja, da praia até à avenida da Liberdade? Enquanto isso não for feito, senhor presidente, não inventem, não é um problema porque pode-se inventar, dizer: "É pá, a água foi muita, depois também coincide com a maré alta." Não, nada disso, a gente já cá anda desde setenta e quatro e são pormenores, eu, são pormenores que a gente não se pode iludir e não é disso. É sim é que a conduta está abarrotada de areia, teria de haver um sistema, não sei é precisamente, era pôr aí a concurso, ver alguém que desse uma ideia, uma vez que estão agora até a abrir os buracos ali em frente ao banco, alguém que de joelhos retirasse a areia, porque eu penso que já não pode ser com aquela situação de jatos com as cisternas que vocês para lá trazem, isso sim seria bom na altura em que houve as inundações, porque agora nas inundações o que é que surgiu? As caves inundaram de lama, cada cave, por exemplo a cave do Califórnia, nós tiramos de lá seguramente um TIR de mercadoria, mas tiramos bem um TIR de lama, essa lama para onde é que a gente a punha senhor presidente? Rua, rua, algeroz, algeroz, "canivou", ou como é que se chama, perdão, e esgoto, isso tem de ser feito. Não será agora porque estamos próximos da época balnear, será após, tem que ser feito, de inverno também talvez não seja a altura mais exata, mas isso é uma questão pura e simples de tirar areia. Se me disser como é que se desentope um esgoto até inclusive nos aldeamentos que eu tenho, porque o que é curioso, senhor presidente, obras, os senhores têm os arquitetos, têm os engenheiros, eu sou um simples, nem pedreiro sei, que eu ainda nem sei o que é uma talocha ou uma colher, mas da minha pouca experiência, já fiz aí dois aldeamentos, eu não tenho problemas. Eu quando me dizem pôr para telefones um tubo, como eu estou a rasgar terra, eu não

ponho um tubo, meto quatro, deixo logo três ali em stand by de reserva e quando se põe um tubo que dizem no projeto de vinte de diâmetro, eu ponho logo quarenta, eu não tenho problemas disso no meu aldeamento de São Rafael, ali nos Calíços, cinco estrelas. Nesta vila nós temos capacidade, a pouca que temos, porque é óbvio já é longínqua, é velha, está entupida e depois tem um problema que eu lamento vir dizer aqui, mas é assim, se é a minha colaboração, porque eu sei que a câmara tem aqui um problema que é: há resíduos de casas de banho que vão para as águas pluviais e às vezes aparecem aí, razão pela qual, quando houve a inundação da minha loja, eu sei que estava tapado com blocos aí o esgoto, ou seja, a conduta e que, pronto, não tiraram os blocos a tempo, mas eu aí colaboro porque eu sei que está um prédio, um prédio com as obras do Polis, que está interligado ao esgoto a águas pluviais, é uma intervençãozinha que custará mil euros, o Armindo que venha ter comigo, é uma intervençãozinha que a gente gastará mil euros e vai pôr isso no sítio certo, porque é um prédio com vinte, ou vinte e dois apartamentos, que de verão, no mês de agosto, imagine o que é que aquele prédio não está a mandar para as águas pluviais. É por isso que quando aparece uma inundação, aparece nos jardins resíduos de sanitas, será só desse prédio? É bom que fosse, se é desse prédio temos o problema resolvido, vamos resolve-lo, se é de outros, então vamos inspecionar mais dois ou três, a baixa toda de Albufeira, ver de onde é que isso vem. Agora, senhor presidente, prometa-me que vão fazer obras, prometa-me que não vai haver mais inundação à priori no Califórnia, porque senão é uma desgraça, isso não pode continuar. Portanto, ao nível disso termino, agora tenho aqui uma situação que é rapidíssima, vou tentar ajudar um familiar e gostaria que o senhor presidente desse a sua colaboração, eu tenho aí um familiar que é aqui do Fragata. É pá, é lamentável que eu há três anos, eu já disse ao meu sobrinho: Oh pá, deixa isso comigo, porque eu chego ali e pego nos contentores de lixo, desloco-os e ponho-os ali na zona verde, aqui a quarenta metros à frente. Eu ponho, os gajos despejam, chego ali movo-os, ponho ali, eles veem ao outro dia, vou, movo-os, ponho-os ali, se é assim que querem, então é assim que se faz. O moço, puseram aquilo que vocês estão aqui a ver, aqueles contentores, tira-lhe a visibilidade do estabelecimento, eles já trabalham mal, andam à rasca para sobreviver no inverno e pagar os estudos dos filhos, como é que eu vou admitir, familiar deles, que uma situação tão pequenina que é de resolver, não se resolve. Aqueles contentores saem dali, vão a trinta metros para baixo, ali naquele parque no meio destes prédios e poem-se ali e façam-me esse favor, porque eles coitados no inverno têm dificuldade em sobreviver e é e afeta muito, porque o pessoal que vai daqui, o inglês, não consegue ver o restaurante deles além. Eu termino e agradeço e espero que



o senhor presidente ou me diz o que é que está a ser feito e o que pode ser feito, mas, no entanto, deixo aqui uma salvaguarda, vejam se não há mais situações dessas e também gostaria de acrescentar na questão de inundações, senhor presidente, eu não sou bombeiro de Albufeira, mas eu, quando há uma trovoada grande, eu sou o primeiro a estar na vila e andei já lá três ou quatro vezes com água por aqui, lamento dizer-lo, mas eu, empresariozinho Vitalino a mergulhar e a desentupir os esgotos em frente ao bar do Xufre, porque há dias, quando houve a inundação, o bar do Xufre foi inundado novamente e nós estivemos a vinte minutos. Os seus bombeiros, a sua proteção civil, que andam aí todos filósofos, aí de costas erguidas têm de saber que num período de trovoada é trovoada e se alguém não deve dormir são eles, porque o presidente ou esta câmara poderão os compensar em ficar dois dias de casa a repousar-se, isso é que é importante também, eu vejo que quando há chuvadas eu sou o Vitalino que ando ali sozinho, não vejo ninguém, mas quantas vezes? Eu, sempre, sempre que há trovoadas nunca consegui dormir sem ir para a vila ver o que se passava e se a chuva ia agravar a situação ou não. Muito obrigado e bom dia." -----

– Yun Chen - A munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: *"Bom dia a todos, peço desculpa, não falo muito bem português, é assim, no Hotel Califórnia, aconteceu duas cheias em seis anos, duas vezes, não é? Perdemos tudo, não é? Quero saber como é o futuro do esgoto ali em baixo e mais uma coisa, dentro do centro comercial, ali temos uma caixa de telecomunicações, mesmo naquela caixa no dia um de novembro também entrou muita água, acho que é preciso trata-la, tem que muda-la para outro sítio, ou uma coisa assim. E no caso desta última vez de novembro, sobre outra cheia, mas por enquanto ainda não, por causa de, fizemos processo de câmara, não é? Mas ainda não disseram nada dessa coisa, porque já é muito em cima do verão, não é? Já é março."-----*

Interveio um munícipe, alegadamente, esposo da senhora Yun Chen, mas o que disse não foi perceptível, tendo o senhor Vitalino Coelho ajudado a explicar o que o senhor tinha dito.-----

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio dizendo: *"Vocês prometeram ajudar alguma coisa, disseram nos jornais e que eles que não foram ajudados. Será isso?"-----*

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio novamente dizendo: *"Em termos de catástrofes em Albufeira, em termos de inundação, o pior é sempre na baixa."-----*

– Yun Chen - A munícipe interveio novamente dizendo: *"Porque para nós é mais grave sempre, na última vez foi um metro e setenta com água e desta vez até o teto caiu, nós perdemos cem por cento. Então obrigado."-----*

– Agostinho Graça - O munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: *"Bom dia a todos,*

senhor presidente eu queria pedir se a câmara podia fazer alguma coisa sobre um problema que tenho lá com um vizinho, o homem deixa crescer tanto as sebes que depois não consegue corta-las, estão tão altas que a maior parte dos ramos caem para o meu quintal. Eu já o avisei, já lhe escrevi duas cartas, mas de nada serviu, porque ele não cumprimenta, não responde, não diz nada. Ora eu também não sou criado dele para limpar o que lhe pertence, estraga-me os meus legumes, tenho lá árvores de fruto, as folhas e os ramos caem para cima delas e já lhe pedi para, ele, além do muro, acrescentou uma chapa de um metro e depois plantou as sebes do lado dele e deixa-as crescer além já dos dois metros e meio ou três da altura do muro e da chapa, deixa-as crescer mais um metro e meio, ou assim, então ele não consegue do lado dele controlar quando a máquina corta a caída dos ramos. O homem não me responde, não fala com ninguém, não passa confiança, já teve um problema com a vizinha de baixo, a dona Sofia, Holandesa, ela reclamou com ele também pelo mesmo motivo, ele disse-lhe que se ela não estivesse bem que fosse para a terra dela, é um homem assim bastante complicado, então eu pedia o favor se dissesse quais são os meus direitos e se a câmara pode fazer alguma coisa nesse sentido para evitar mais alguns problemas que possam surgir no futuro, porque a pessoa também irrita-se de ver as suas coisas estragadas e do outro lado não haver colaboração nenhuma, o homem não liga, não passa, não cumprimenta, não responde às cartas, não faz nada. O homem tem muito dinheiro e então pensa que é dono disto tudo, não é? E era só por isso que eu queria pedir a ajuda da câmara, se pode fazer alguma coisa nesse sentido, muito obrigado.”-----

O senhor presidente perguntou se mais alguém gostaria de intervir e como ninguém se manifestou passou a responder às questões levantadas. -----

O senhor presidente saudou os representantes da Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira a quem desejou muitas felicidades no desempenho das suas nobres funções. Disse depois ter tomado nota das preocupações expressas e esclareceu que o município tem consciência da existência de algumas falhas no que concerne a recursos humanos, embora não seja competência do município fazer a gestão dos mesmos dentro das escolas, o acordo assinado com o Estado obriga o município a afetar um determinado número de recursos humanos às escolas, o que tem estado a ser cumprido pelo município e, no caso concreto de um agrupamento, esse número até tem estado a ser ultrapassado, não obstante o facto de as escolas continuarem a dar conta da carência de recursos humanos que lhes estão afetos. Disse, seguidamente, que o município também tem limitações em contratar novos trabalhadores e tem tido



muitos trabalhadores a reformarem-se, vendo-se impossibilitado de substituir as pessoas que vão saindo, mas que já foi feito o pedido de vinte e duas pessoas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, estando também em curso o procedimento para contratar a termo mais dezasseis pessoas. Disse ainda que esta é uma preocupação dos pais, das escolas e também do município, estando esta entidade consciente do problema e a envidar todos os esforços para que as escolas possam funcionar da melhor maneira. Disse depois concordar com o pedido de reativação do Conselho Municipal de Educação, bastando para tal reunir as várias partes integrantes do mesmo e que o pedido de instalações para a sede da federação terá que ser analisado com maior detalhe, estando convencido que se conseguirá resolver o problema. -----

O senhor presidente disse depois que, relativamente ao problema exposto pelo senhor Vitalino Coelho, existe a noção de que o que aconteceu no dia um de novembro último, quer na opinião dos técnicos de Albufeira, regionais e nacionais, foi algo que ultrapassou e mera causa da ação humana. Disse depois que a segunda cheia ocorrida se tratou de um entupimento que foi resolvido por si só e que o município tem estado a contratar serviços externos e também a participar diretamente no processo de limpeza e desentupimento da zona da baixa, uma vez que entraram toneladas de lamas e areias nas tubagens, bem como pequenas intervenções, como a que está a ser feita no pontão da Praia dos Pescadores, uma vez que a areia avançou bastante na saída da água existente, causando o seu entupimento, tendo já sido feita uma limpeza e uma abertura que permita o acesso por terra a essa zona para manter essa saída limpa de areias. Afirmou depois que a resolução da questão fundamental, a realização do plano de drenagem de Albufeira, já foi contratada a um gabinete de Lisboa, do senhor professor Saldanha Matos, o mesmo gabinete que fez o plano de drenagem de Lisboa, sendo o senhor professor um especialista na matéria, com experiência internacional. Disse depois que o caneiro da avenida Vinte e Cinco de Abril e da rua Cândido dos Reis está ainda ligado ao túnel, o que faz com que logo que haja água na ribeira ela é desviada para o caneiro, ficando este cheio e fazendo com que a água vá para a baixa em vez de a escoar, o que implica que uma das primeiras intervenções a fazer passe por secionar as águas que vêm do túnel da ribeira e a questão do caneiro da avenida Vinte e Cinco de abril. Disse depois que irá ser feito um estudo com a intervenção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil visando criar uma situação em Albufeira que possa atenuar substancialmente o

problema e evitar completamente as circunstâncias de menor impacto. Disse ainda que a solução que está a ser estudada poderá passar pela realização de um novo túnel de escoamento de águas, cuja saída terá que ser acima do nível do mar, por forma a evitar marés mais altas, tempestades e contando com uma subida do nível das águas de cerca de setenta centímetros até ao final do século. Disse depois que o projeto deverá estar concluído sensivelmente dentro de um ano, tendo um custo de execução estimado entre os doze e os quinze milhões de euros, custo que pressupõe uma colaboração entre o Município de Albufeira e o de Lisboa, para que a máquina que vem fazer os túneis de Lisboa possa também vir fazer o de Albufeira. Disse ainda que toda a população de Albufeira será convidada a debater e a assistir às apresentações do desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que implicará um sacrifício grande para as finanças públicas, tendo por isso que ser desejada pela população de Albufeira, acrescentando que quando chove também fica bastante preocupado e tem o hábito de ir à baixa ver como a situação se está a desenrolar, sendo que os serviços da Proteção Civil, o senhor comandante operacional municipal e os Bombeiros Voluntários também têm estado atentos, relatando, com a maior brevidade que conseguem, o ponto de situação depois da ocorrência de uma chuvada ou de uma trovoada, mas que, felizmente, já houve vários episódios de chuva e trovoada recentemente sem qualquer repercussão negativa. Disse que também irá convidar a Universidade do Algarve para participar na discussão e na avaliação do projeto. -----

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio novamente dizendo: "*Desculpe interromper, ali na parte do Xufre, aquele diâmetro de trinta, não haveria hipótese de ter o dobro? Trinta mais trinta já seriam sessenta. E talvez se a parte que está inferior for aquela que se diz de um metro quadrado, mais ou menos de diâmetro, já vai atenuar uma situação eventual que possa surgir, porque em frente ao banco, as máquinas andaram lá, andaram na semana passada e abriram lá um grande buraco. Ontem falei com o António Xufre e disse: Então ó António, não vamos continuar assim, como é? Houve aqui uma inundação, houve outra a seguir, então você como é? Não sei, não sei, vá você a uma reunião, vá lá amanhã você, tal, tal. Eu acho que provavelmente essa situação vai para o ano, obviamente, e é bom que pense em resolver a situação, mas aquelas imediatas é que temos de ver, provavelmente para este ano não há problema, mas se nós entramos logo no outubro e quem não diz, senhor presidente, que este ano não possa haver uma grave?* O senhor presidente disse já ter percebido completamente a preocupação do munícipe, mas que o município, sem prejuízo de tentar que tudo corra da melhor



maneira, não irá fazer neste momento intervenções sem estudos, uma vez que este tipo de intervenções são muito onerosas e, por outro lado, não se pode nesta fase esventrar Albufeira sem que esses estudos sejam feitos. -----

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio novamente dizendo: "*Mas estão a ser feitos neste momento na avenida Vinte e Cinco de Abril, a máquina abriu lá buracos, era mais um, não é?*" -----

O senhor presidente afirmou que outra das vantagens apresentadas com a construção de um novo túnel, será não criar incómodo de obras à superfície, para não prejudicar as pessoas, os negócios e o turismo. Reiterou que o município está com muita atenção a esta matéria, mas que se vier outra chuvada como a de um de novembro, irá acontecer uma situação idêntica, uma vez que não se consegue evitar, mas que espera que não aconteça, uma vez que se tratou de uma situação anómala, que, seguramente, já não acontecia há mais de cem anos, embora as probabilidades é que uma situação como esta aconteça daqui a cem anos, mas isto é falível. -----

O senhor presidente disse depois que iria ver o que se poderia fazer relativamente aos contentores do lixo situados próximo do restaurante Fragata, sendo que nunca se tinha apercebido que constituíam um problema para o normal funcionamento do estabelecimento, até porque o dono nunca lhe chamou a atenção para esse facto. --

O senhor presidente explicou depois que as questões levantadas pela senhora You Chen foram muito semelhantes às referidas pelo senhor Vitalino Coelho, pelo que se consideravam respondidas. -----

O senhor presidente disse depois que a questão levantada pelo esposo da senhora You Chen, relativamente à câmara ajudar a indemnizar os lesados, não corresponde inteiramente à realidade, uma vez que a câmara nunca disse que iria indemnizar, passando a explicar que o governo criou uma conta de emergência para as pessoas que não conseguem repor a sua vida normal pelos seus próprios meios, tendo o município ajudado as pessoas a organizar os elementos constitutivos dos processos, no sentido de serem devidamente formulados para serem apresentados ao Governo, o que já foi feito, tendo também já sido realizadas algumas reuniões da Comissão de Coordenação com o senhor secretário de estado da Administração Interna no sentido de se verificarem estas situações. Disse depois que também estão a ser criadas contas para que as pessoas se possam financiar com juros bonificados, estando o município a lutar para que as pessoas sejam dotadas dos meios para puderem repor as suas vidas. -----

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio novamente questionando: *"Essa linha de crédito, poderá vir a haver informação?"* -----

O senhor presidente respondeu que o município e o Governo irão divulgar toda a informação necessária. -----

O senhor presidente disse depois que, relativamente ao problema do senhor Agostinho Graça, não conhece a situação no local, mas que o munícipe poderá deixar a sua morada e restantes elementos para que os serviços do município verifiquem se se trata de uma situação do foro civil, privado, em que o município não pode intervir, ou se tem natureza administrativa, podendo nesse caso o município atuar. Disse também que a lei geral não permite que os vegetais do vizinho invadam o espaço aéreo da propriedade do munícipe e que se esta for uma questão meramente de direito civil, o munícipe terá que arranjar um advogado para interpelar o vizinho para o cumprimento da lei, sendo que se este não o fizer, terá que suportar as despesas que venha a ter para defender os seus direitos. -----

– Agostinho Graça - O munícipe interveio dizendo: *"Eu só queria que ele cortasse ao nível da chapa e não havia mais problemas nenhuns, tinha privacidade suficiente, as sebes já têm mais de três metros de altura, mas é uma teimosia dele."* -----

O senhor presidente perguntou se mais alguém queria intervir. -----

Interveio novamente o munícipe, alegadamente, esposo da senhora Yun Chen, mas o que disse não foi perceptível, tendo o senhor Vitalino Coelho ajudado a explicar o que o senhor tinha dito. -----

– Vitalino Coelho - O munícipe interveio dizendo: *"Ele tem a caixa dos telefones e como aquilo é uma cave, há uma ligação, um tubo, e quando mete água essa própria caixa, por entrada dos tubos elétricos, inunda também a cave, quer dizer, além de terem as portas de segurança. É simples, se tivéssemos a chave, a gente tapava o tubo. Eles têm umas portas de proteção, mas quando houve ali um bocadinho de água a permanecer entra por essas caixas, inunda por essas caixas, a gente com a chave tapa aquilo."* -----

O senhor presidente disse que os serviços do município têm que verificar a situação. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe interveio novamente dizendo: *"É possível só fazer mais uma achegazinha? São duas aliás."* -----

O senhor presidente autorizou a intervenção. -----



– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe interveio dizendo: *"Uma era que ficamos bastante satisfeitos, contas feitas são trinta e oito elementos, não é?"* -----

O senhor presidente respondeu que ainda se verá, porque não se sabe quantas pessoas poderão vir do Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe continuou a sua intervenção dizendo: *"Quaisquer que sejam os que venham são bem-vindos, mas podem vir mais que são igualmente bem-vindos, agora eu também gostava de saber que pessoas são. São auxiliares de ação educativa, são psicólogos, e esta minha pergunta tem a ver com a que vinha a seguir que é a seguinte, obviamente há muita necessidade de auxiliares de ação educativa, mas há outro pessoal, por isso eu diria mais e melhores recursos humanos, porque há necessidade de outro tipo de profissionais, nós cremos que os psicólogos eventualmente poderão ter mais a ver com o Ministério da Educação, mas pedimos ajuda à câmara nesse aspeto de reforçar esse tipo de pessoal qualificado e isto porquê? Ainda, eu não sei dizer exatamente há quanto tempo, mas foi há uns meses atrás, aqui mesmo nesta sala, muitos dos que aqui estão estiveram nessa reunião do Plano de Desenvolvimento Social em que a temática era a família e a educação, ou qualquer coisa assim parecida, e uma das conclusões dessa reunião, achada por todos os intervenientes, incluindo agrupamentos, Ministério da Educação, da saúde, de toda a gente que aí estava, uma das conclusões foi a que de facto era necessário dar apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, aos alunos estrangeiros, aos alunos com dificuldades económicas, uma panóplia de alunos que precisam de ajuda. Pronto, e realmente as associações de pais naquilo que nos for possível ajudar, disponibilizamo-nos para ajudar naquilo que nos for possível, mas, obviamente, em termos materiais e de recursos humanos precisaríamos da ajuda da câmara."* -----

O senhor presidente disse que as observações da federação foram registadas. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe perguntou: *"Não sabem então desse pessoal que vem se são só auxiliares de ação educativa, ou se são outros."* -----

O senhor presidente respondeu que serão mais auxiliares de ação educativa. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A munícipe interveio dizendo: *"É porque há outro tipo de pessoal que faz muita falta, particularmente porque os alunos, hoje em dia, têm, é outro comportamento, é outra realidade e é preciso realmente saber lidar com eles de outra forma."*-----

– Nuno Sousa, representante da Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo das Ferreiras - O município interveio dizendo: *"Concretamente naquela escola, infelizmente, existe também falta de pessoal e a falta de pessoal muitas vezes, quando confronto a direção da escola remetem-me certamente para a câmara que a colocação do pessoal é feita pela câmara e que a gestão é feita por eles, que é uma gestão complexa porque é um agrupamento muito grande e é uma manta de retalhos, tira-se um de Paderne para vir para as Ferreiras, queixam-se em Paderne e andamos sempre nisto. E acontece, pelo que eu consigo perceber, existem muitas pessoas que estão de baixa, baixa muito prolongada, que o número está a contar para garantir o número que está fixado por lei."*
O senhor presidente disse que o município cumpre os rácios previstos por lei, sem contar com as baixas prolongadas. -----

– Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira - A município interveio novamente dizendo: *"Mas aí, peço só desculpa, mas aí, só mais uma coisa que é o seguinte, por acaso hoje não está aqui o doutor Rolo, porque se ele estivesse não me deixaria mentir, que uma vez eu e outra pessoa da Associação de Pais da Escola da Avenida do Ténis tivemos uma reunião com ele, em que ele veio precisamente com a legislação que determina o rácio de funcionários pelo número de alunos e chegámos à conclusão que a Escola das Sesmarias não tinha direito por lei a nenhum funcionário, portanto, o cumprimento estrito da lei, obviamente, não é suficiente também, não é?"* ---
O senhor presidente disse que houve uma altura em que no Agrupamento de Escolas de Ferreiras o município teve dezasseis trabalhadores a mais face ao que seria obrigatório, tendo mais tarde esse número passado a ser de oito. Disse depois compreender a preocupação da Federação Concelhia das Associações de Pais do Concelho de Albufeira, até porque esta é também uma preocupação do município, estando para esse efeito a desenvolver o processo de contratação e também a recorrer ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

– Nuno Sousa, representante da Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo das Ferreiras - O município interveio novamente dizendo: *"Para além de vocês estarem a cumprir, muitas vezes tem a ver com a tipologia da escola, no caso das Ferreiras tem o primeiro ciclo junto com o segundo e o terceiro, penso que o segundo e o terceiro vão partilhar o espaço do primeiro ciclo e as quatro funcionárias que lá estão muitas vezes não conseguem. Para além disso ainda existe o facto de terem contratado algumas pessoas que têm muita vontade, mas não são pessoas capazes fisicamente de estar a desempenhar as funções com alunos daquelas faixas etárias. Quando acontece partir um braço, partir uma perna, muitas vezes a pessoa que está destacada para*



desempenhar aquela função nem sequer, por exemplo, tem a capacidade de levantar uma criança que esteja no chão, ou de rapidamente solicitar auxílio a outra, e é essas situações que em terreno e aí é que poderia se calhar alguém da câmara conseguisse perceber que em algumas escolas o número até pode estar exagerado, porque são escolas em que as educadoras ou as auxiliares conseguem-se revezar numa zona que é possível ter acesso e noutras são polos completamente distintos, que é impossível cumprir com os rácios que são estipulados por lei, e é isso.”-----

– Nuno Balbino - O município iniciou a sua intervenção dizendo: *“Em relação a esta situação, muito rápido, no caso concreto da Escola das Fontainhas em que a escola abre às oito horas, existe uma funcionária às oito horas, houve uma rixa lá com os miúdos do quarto ano e do terceiro e não sei quê, em que andaram à luta uns com os outros e só estava a funcionária na escola no portão, portanto, a receber as crianças, teve que ficar uma mãe de um aluno que estava por acaso ali para que pudesse haver segurança das crianças não saírem do portão para fora e outras poderem entrar, portanto só havia aquela a funcionar ali e teve que ir socorrer, portanto teve que ir separar os miúdos e pronto, houve esta situação. Claro que é uma situação que não acontece sempre, não é? Mas nunca se sabe o que vai na cabeça dos miúdos, andam lá à chapada uns com os outros e só há uma pessoa para estar ali no portão, portanto estava no portão e tinha que estar no portão para garantir a segurança da saída e da entrada das crianças.”-----*

– Nuno Sousa, representante da Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo das Ferreiras - O município interveio novamente dizendo: *“Isso também tem a ver com o facto de a escola estar aberta mais do que as oito horas, ou das sete horas e meia, que aqueles funcionários devem estar na escola.”-----*

– Nuno Balbino - O município interveio novamente dizendo: *“O que eu apurei nessa situação foi que realmente existem duas ou três funcionárias, mas optaram por meter só uma funcionária de manhã e duas à tarde, depois, para puderem fazer a limpeza, porque uma só era pouco. Foi aquilo que eu apurei, portanto uma hora, ou uma hora e meia até dar o toque de entrada mesmo e tudo o mais, só fica uma funcionária praticamente na escola, os professores entram praticamente às nove horas, é nove horas quando eles estão a entrar, portanto, sei que há uma professora que entra ligeiramente mais cedo, mas nem sempre... e ela vai fazer as coisas que ela tem a fazer, portanto, se calhar da direção, pronto, vai fazer alguma coisa que ela tem a fazer, não anda a olhar se os miúdos andam aos murros uns com os outros, não é? Pois, é um bocado e essa situação realmente, pelo menos ali é um caso concreto que aconteceu há*

duas semanas, este é um caso concreto que aconteceu."-----

– Nuno Sousa, representante da Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo das Ferreiras - O munícipe interveio novamente dizendo: "*E, infelizmente, temos situações que, por incapacidade novamente da existência dos recursos humanos, uns estão a limpar e muitas vezes têm uma portaria de uma escola sem ninguém porque estão a limpar, porque não podem ter uma pessoa ali, depois tem que ir limpar e podem crianças sair da escola, ou serem levadas eventualmente, é uma situação que nos preocupa bastante.*"-----

– Nuno Balbino - O munícipe concluiu dizendo: "*Às vezes não é mais o facto de meter mais uma pessoa, ou isto, ou aquilo, às vezes é a segurança basta de um aluno, ou dois, porque às vezes sabe-se lá, ouvimos tanta coisa que acontece por este país fora e também pode-nos bater à porta, não é? É só mais, é também por aí, não é?*"-----

O senhor presidente disse que tomou devida nota de todas as preocupações expostas, agradeceu a presença e intervenção de todos os munícipes presentes e deu por encerrado o período de audição do público.-----

Nesta altura dos trabalhos chegou o senhor vice-presidente, passando a tomar parte na reunião.-----

= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA =

Não houve intervenções no período antes da ordem do dia.-----

Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja:-----

A - GENERALIDADES

= ACTA DA REUNIÃO DE 27 DE JANEIRO DE 2016 =

Foi confirmada, por unanimidade, a aprovação da acta da reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e dezasseis, a qual havia sido aprovada em minuta, tendo sido retificada conforme documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo.-----

Não participou na votação a senhora vereadora Inês Mendonça pelo facto de não ter participado na reunião em causa.-----

= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia um de março de dois mil e dezasseis, eram das quantias de: -----
Operações Orçamentais - quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil,



oitocentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos. -----
Operações não Orçamentais - um milhão, duzentos e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos. -----

= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor:-----

♦ **Do Despacho n.º 2935-A/2016, de vinte e cinco de fevereiro**, que autoriza a celebração do contrato de auxílio financeiro no âmbito do Fundo de Emergência Municipal, com o Município de Albufeira que sofreu danos significativos em instalações de atividades económicas, infraestruturas e outros bens ou equipamentos, na sequência da intempérie de um de novembro de dois mil e quinze.-----

♦ **Da Lei n.º 2/2016, de vinte e nove de fevereiro**, que elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei número sete, barra, dois mil e um, de onze de maio, à primeira alteração à Lei número nove, barra, dois mil e dez, de trinta e um de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e um, noventa e cinco, de seis de junho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei número cento e vinte e um, barra, dois mil e dez, de vinte e sete de outubro. -----

= DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS, DELEGADAS OU SUBDELEGADAS E RELAÇÕES DE PAGAMENTOS =

A câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo presidente, no uso de competências próprias ou delegadas, e pelos vereadores, no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi apresentado um conjunto de documentos referentes a pagamentos autorizados e efetuados, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi tomado conhecimento. -----

= INFORMAÇÕES =

O senhor presidente informou que, devido a atrasos no Concurso Público Urgente para Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, o município corria o risco de ficar sem vigilância entre o dia um e o dia catorze de março corrente, nas escadas rolantes, no Escarpão e nos mercados e feiras, pelo que exarou um despacho no sentido de contratar esta aquisição de serviços para o período em causa por três mil, trezentos

e cinquenta euros. Perguntou depois qual a opinião dos restantes membros do executivo, os quais concordaram com esta contratação, tendo o senhor vice-presidente afirmado que o assunto nem poderia ter sido resolvido de outra forma. -----

O senhor presidente informou depois que já distribuiu cópias do contrato de auxílio financeiro no âmbito do Fundo de Emergência Municipal - Mitigação de Impactos e Recuperação de Equipamentos Públicos danificados pela intempérie ocorrida em 1 de novembro de 2015, entre o Município de Albufeira, a Direção-Geral das Autarquias Locais e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, o qual já assinou e que virá na próxima reunião da câmara para ratificação. -----

O senhor presidente informou seguidamente que, no corrente dia, se deslocará à BTL - Feira Internacional de Turismo, onde se encontra a Confraria do Bacchus de Albufeira a fazer a apresentação de uma mostra de vinhos do Algarve, dia em que o senhor primeiro-ministro, doutor António Costa, visita a feira. -----

O senhor presidente informou ainda que na última segunda-feira foi a Lisboa com a doutora Dina Galante e com a doutora Ana Nunes para uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna sobre o fundo de apoio para as vítimas da intempérie de um de novembro. -----

A senhora vereadora Ana Vidigal perguntou como tinha corrido a reunião. -----

O senhor presidente disse que o senhor secretário de estado lhe comunicou que as vítimas da intempérie deverão recorrer primeiro às linhas de crédito e as que não conseguirem ter acesso ao crédito é que poderão aceder ao fundo, opinião da qual discorda, mas que não quis contrariar nesta fase, tendo optado por pedir celeridade no processo para que as pessoas possam refazer as suas vidas. Disse que o senhor secretário de estado foi muito prestável, tendo-se prontificado a vir a Albufeira fazer uma exposição sobre esta matéria, tendo-lhe também comunicado que há outras cidades que foram vítimas de intempéries que também vão ter acesso a linhas de crédito, mas que ainda não receberam qualquer apoio do estado. -----

O senhor presidente afirmou depois que embora exista uma divergência de opiniões, o que mais interessa é que a solução funcione na prática e informou que o município conseguiu que as viaturas e os vendedores ambulantes afetados sejam considerados para efeitos de apoio. Informou ainda que o senhor secretário de estado prometeu celeridade, tendo manifestado a intenção de ter o processo resolvido até meados de abril próximo. -----

O senhor presidente informou ainda que foi entrevistado por um grupo de alunos da Escola Secundária sobre a exploração petrolífera na costa algarvia, tendo respondido



que a ideia da câmara e da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve é de ser frontalmente contra este tipo de exploração por questões ambientais, pela incompatibilidade paisagística, pelo facto de ser incompatível com a imagem turística do Algarve, pelo risco que comporta, e ainda pelo facto do retorno financeiro que poderia trazer ser exponencialmente inferior ao da atividade turística. Perguntou se os restantes membros do executivo partilhavam desta posição e a resposta foi afirmativa. Disse depois que senhor presidente da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, ficou mandatado para falar com o Governo sobre esta matéria.-----

A senhora vereadora Ana Vidigal perguntou se já existe informação sobre os testes que estão a ser realizados. -----

O senhor presidente disse não ter conhecimento sobre o resultado dos testes, mas que se poderá informar junto do senhor presidente da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. Disse também que ficou combinado falar o mínimo possível sobre este assunto e ser o mais eficaz possível na solução desta exploração não se realizar, uma vez que tudo o que for falado sobre esta matéria poderá ter um impacto negativo no turismo algarvio junto da comunicação social. -----

A senhora vereadora Ana Vidigal perguntou quais as empresas às quais foi dada a concessão, quais os testes que estão a fazer e com que periodicidade. -----

O senhor presidente disse não saber se estão a ser realizados testes, mas que se irá inteirar de toda a situação junto do senhor presidente da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. -----

A senhora vereadora Ana Vidigal disse que era importante saber se estavam a ser realizados testes e qual a distância dos locais em que estão a ser realizados relativamente às falhas sísmicas existentes na região. -----

O senhor presidente informou depois que o Workshop de Turismo em Sevilha correu bem, teve uma grande adesão dos agentes de viagens da cidade, tendo sido bastante participado. Disse depois que contou com a presença do senhor cônsul geral de Portugal em Sevilha, que convidou a comitiva de Albufeira a fazer uma visita ao edifício do consulado português naquela cidade, no dia seguinte ao do workshop, edifício notável que está cedido gratuitamente e que ficará sempre como edifício português enquanto lá funcionar o consulado. Disse depois que o senhor cônsul disponibilizou as instalações do consulado para a realização de ações de promoção de Albufeira, ou para ações de promoção de Portugal na Andaluzia, quer a nível de turismo, quer também a nível de indústria ou de agricultura.-----

= TRANSPORTES - IMORTAL BASKET CLUB - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente, em vinte e cinco de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, autorizou a disponibilização do transporte solicitado pelo Imortal Basket Club, para deslocação a Lisboa, no dia vinte e sete de fevereiro também último, para participação em atividade desportiva, bem como a realização do trabalho suplementar necessário para a realização do transporte, considerando que se destina a jovens e adultos do concelho e são imprescindíveis para o cumprimento do calendário desportivo oficial, sendo indispensável para esta câmara o bem-estar e formação desportiva destes jovens, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze de vinte de junho, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

= TRANSPORTES - INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente em vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas e culturais nos seguintes dias de março corrente: -----

- Padernense Clube, para deslocação a Quarteira, no dia cinco;-----
- Albufeira Futsal Clube, para deslocação a Portimão, no dia seis;-----
- Bellavista Desportivo Clube, para deslocação a Faro, no dia cinco;-----
- Associação Academia Alto da Colina, para deslocações a Alvor e a Olhão, no dia cinco;-----
- Clube de Basquete de Albufeira, para deslocações a Portimão e a Olhão, no dia cinco, e a Portimão e a Quarteira, no dia seis;-----
- Clube Desportivo e Cultural de Albufeira, para deslocação a Odemira, no dia cinco;---
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocações a Quarteira, no dia cinco, e a Faro, no dia seis;-----



- Guia Futebol Clube, para deslocações a Portimão, a Aljezur e a Estômbar, no dia cinco, e a Malveira da Serra, no dia seis; -----
- Imortal Basket Club, para deslocações a Tavira e a Olhão, no dia cinco, e a Tavira, no dia seis.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de vinte informações com origem na Divisão de Acessibilidade Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala.-----

= TRANSPORTES - IMORTAL DESPORTIVO CLUBE - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vereador Rogério Neto, em vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização dos transportes solicitados pelo Imortal Desportivo Clube para Deslocações a Bias - Olhão, a Faro e a Almada, no dia cinco, e a Vila Real de Santo António e a Portimão no dia seis, ambos de março corrente, para participação em atividades desportivas e culturais. -----

Esta proposta fazia-se acompanhar de cinco informações com origem na Divisão de Acessibilidade Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias

arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho. -----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados.-----

Não estava presente o senhor vice-presidente, que a seguir à votação regressou à sala. -----

**= APOIOS - PRODUTORA ORIGINAL FEATURES - RATIFICAÇÃO DE
DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente em vinte e dois de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, determinou a prestação de apoio à Produtora Original Features, na realização de filmagens do filme "Portugal Não Está à Venda", no dia vinte e dois de fevereiro também último, mediante a aquisição de trinta e quatro almoços, no valor de cento e setenta euros, à Cooperativa de Consumo e Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Albufeira e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara municipal.-----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

**= APOIOS - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO
DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor vice-presidente, na falta do presidente, em vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, determinou a prestação de apoio à Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira, na realização da Festa



dos Passos, no dia vinte e oito de fevereiro também último, mediante a disponibilização de aparelhagem sonora e de respetivo apoio técnico para a oração do encontro do sermão que decorrerá no Largo Eng.º Duarte Pacheco e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor vice-presidente. --

**= APOIOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE
DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor vice-presidente, na falta do presidente, em vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, determinou a prestação de apoio ao Agrupamento de Escolas de Albufeira, na realização de uma aula de atletismo, no dia vinte e nove de fevereiro também último, mediante a disponibilização da pista de atletismo do Estádio Municipal de Albufeira e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor vice-presidente. --

**= APOIOS - FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS - SECÇÃO DE NATAÇÃO
- PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor vice-presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -
"Pelo Futebol Clube Ferreiras - Secção de Natação, foi através da informação da Divisão de Desporto junto ao presente, solicitada autorização de apoio para a realização de treinos de corrida, às quartas-feiras entre as 18:00 e as 20:00 horas, através da cedência da Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Albufeira. -----

Considerando: -----

- 1. Que este tipo de apoio contribui como forma de incentivo à prática desportiva; -----*
- 2. Que se trata de uma forma de promovermos e motivarmos a utilização dos equipamentos desportivos municipais; -----*
- 3. Que é filosofia desta Câmara Municipal a promoção das actividades desportivas no nosso Concelho em todas as faixas etárias; -----*
- 4. Que a Câmara Municipal apoiará os clubes que mobilizem praticantes residentes no concelho de Albufeira, organizem o maior número de actividades e de eventos, desenvolvam maior número de modalidades, criem profundas relações com a comunidade envolvente e demonstrem uma actividade consistente do ponto de vista*

desportivo e pedagógico; -----

5. *Que as entidades requerentes têm nos seus objectivos o desenvolvimento desportivo no nosso Concelho;*-----

6. *O evento se enquadra na alínea u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro; que confere a competência à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.*-----

Proponho que:-----

A excelentíssima Câmara Municipal delibere apoiar o Clube do Concelho supra mencionado, nos seguintes termos:-----

- *Autorizar o referido clube a utilizar a Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Albufeira à quarta-feira entre as 18:00 e as 20:00 horas, para a realização de treinos de corrida até final de junho de 2016."*-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= WORKSHOP DE TURISMO EM SEVILHA - DESLOCAÇÃO DE UMA COMITIVA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente em vinte e três de fevereiro último, através do qual determinou aprovar a deslocação de uma comitiva do Município de Albufeira, constituída pelo senhor presidente da câmara e pelo senhor presidente da assembleia municipal, a Sevilha, para participar no Workshop de Turismo a realizar no Hotel NH Collection, suportando o município o valor de cento e noventa e sete euros, IVA incluído, pelo alojamento, e o abastecimento de combustível da viatura do senhor presidente da assembleia municipal nas instalações do município e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara municipal.-----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

B - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E FINANÇAS

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO E BALNEÁRIOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO COM A DGESTE - DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES - MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL =

Foi apresentada a minuta do contrato adicional ao contrato de execução da empreitada em título referida, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica



uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato adicional. -----

= FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VIATURAS DAS MARCAS FORD E LAND ROVER, INCLUINDO SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO - PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO =

Relacionada com este procedimento e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas foi apresentado o Projeto da Decisão de Adjudicação, datado de quatro de fevereiro último, que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que, em conclusão refere o seguinte:-----

"Pelo exposto, sugere-se a adjudicação do fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Ford e Land Rover, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 26.000,00 € + IVA, ao concorrente FIAAL - Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda, de acordo com os preços para a mão de obra, acrescidos de IVA, e desconto a aplicar nas peças, apresentados:-----

1. Preço Hora da mão de obra (com desconto)-----

Mão de obra Mecânica/Electricidade para viaturas FORD----- 42,00 €/hora; ----

Mão de obra Mecânica/Electricidade para viaturas Land Rover ---45,00 €/hora; ----

Mão de obra de Bate Chapas e Pintura para viaturas FORD----- 43,50 €/hora;-----

Mão de obra de Bate Chapas e Pintura para viaturas Land Rover- 45,00 €/hora; ----

2. Taxas de desconto para peças e acessórios -----

Desconto de 10%; -----

O concorrente deverá apresentar os documentos de habilitação indicados nas alíneas a) a d) do ponto 8. do Convite. -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 125.º do CCP, não há lugar à fase de audiência prévia. ----

Deverá ser celebrado contrato escrito nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro."-----

O processo continha a minuta do contrato referente a este procedimento, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor do projeto de decisão e nos termos do mesmo: -----

a) adjudicar o Fornecimento Contínuo de Peças e Acessórios para Viaturas das Marcas Ford e Land Rover, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção, até ao

limite de vinte e seis mil euros, acrescido de IVA, ao concorrente Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Limitada, nas condições constantes na sua proposta e caderno de encargos; -----

b) aprovar a minuta do contrato. -----

= FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VIATURAS DAS MARCAS AUDI E VOLKSWAGEN, INCLUINDO SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO - PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO =

Relacionada com este procedimento e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas foi apresentado o Projeto da Decisão de Adjudicação, datado de oito de fevereiro último, que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que, em conclusão refere o seguinte: -----

"Pelo exposto, sugere-se a adjudicação do fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Audi e VW, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 14.000,00 € + IVA, ao concorrente Forportil, Lda, de acordo com os preços para a mão de obra, acrescidos de IVA, e desconto a aplicar nas peças, apresentados:---

1. Preço Hora da mão de obra-----

Mão de obra mecânica, eletricidade e limpeza para viaturas Audi----44,00 €/hora;---

Mão de obra bate-chapas, pintura e soldadura para viaturas Audi-- 45,00 €/hora;---

Mão de obra mecânica, eletricidade e limpeza para viaturas VW----42,00 €/hora;---

Mão de obra bate-chapas, pintura e soldadura para viaturas VW-- 43,50 €/hora;-----

2. Taxas de desconto para peças e acessórios -----

Peças dos grupos 1, 2 e 3 - Desconto de 15%; -----

Peças dos grupos 4, 5 e 6 - Desconto de 10%;-----

Peças dos grupos 7 e 8 - Desconto de 5%;-----

Óleos - Desconto 15% -----

O concorrente deverá apresentar os documentos de habilitação indicados nas alíneas a) a d) do ponto 8. do Convite. -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 125.º do CCP, não há lugar à fase de audiência prévia. -----

Deverá ser celebrado contrato escrito nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro."-----

O processo continha a minuta do contrato referente a este procedimento, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----



Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor do projeto de decisão e nos termos do mesmo: -----

a) adjudicar o Fornecimento Contínuo de Peças e Acessórios para Viaturas das Marcas Audi e Volkswagen, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção, até ao limite de catorze mil euros, acrescido de IVA, ao concorrente Forportil - Comércio de Automóveis e Tractores, Limitada, nas condições constantes na sua proposta e caderno de encargos; -----

b) aprovar a minuta do contrato. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor presidente, com fundamento no facto de fazer parte do júri do concurso, e invocando o previsto na alínea d) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala, tendo assumido a presidência o senhor vice-presidente. -----

**= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO PARA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PELO PERÍODO DE ATÉ 3 ANOS
- RELATÓRIO FINAL DO JÚRI =**

Relacionado com este concurso e subscrito pelos membros do Júri do Concurso, foi apresentado o Relatório Final, que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitante à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: -----

"Face ao exposto, propõe-se que a adjudicação definitiva do procedimento por concurso público, para aquisição de serviços de seguros pelo período de até 3 anos, seja efetuada à Companhia de Seguros Açoreana, S.A., nos termos e condições constantes na proposta apresentada e no integral respeito pelo caderno de encargos, pelo valor de € 691.615,38 (seiscentos e noventa e um mil seiscentos e quinze euros e trinta e oito centimos) e até ao valor limite de € 700.000,00 (setecentos mil euros), em conformidade com o consignado nos artigos 6.º e 9.º do caderno de encargos." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor do relatório e nos termos do mesmo, adjudicar a Aquisição de Serviços de Seguros pelo Período de até três anos, à Companhia de Seguros Açoreana, S.A. -----

Não estava presente o senhor presidente, que a seguir à votação regressou à sala, reassumindo a presidência. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Rogério Neto, com fundamento no facto de fazer parte do júri do concurso, e invocando o previsto na alínea d) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do

Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala. -----

= CONCESSÕES - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO DE ALBUFEIRA - MINUTA DO CONTRATO =

Foi apresentada a minuta do contrato da concessão em título referida, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a minuta do contrato. -----

Não estava presente o senhor vereador Rogério Neto, que a seguir à votação regressou à sala. -----

= JUROS DE MORA - INFORMAÇÃO =

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado para melhor análise. -----

C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL

= TRANSPORTES ESCOLARES - AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente, a vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização de transportes solicitados pelos Agrupamentos de Escolas Albufeira, para efetuar visitas de estudo para fora do Algarve, durante o mês de março corrente, bem como o pagamento do respetivo trabalho extraordinário necessário para efetuar as mesmas. -----

A proposta continha um mapa das visitas de estudo a realizar durante o mês suprarreferido pelas entidades referidas, documento que se dá por integralmente transcrito, e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= TRANSPORTES ESCOLARES - ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente, a vinte e seis de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro,



propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização do transporte solicitado pela Escola Básica e Secundária de Albufeira, para deslocação de quatro alunos e um professor, ao Auditório do IPDJ, em Faro, no dia oito de março corrente, para participação numa sessão distrital do Parlamento dos Jovens. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= TRANSPORTES ESCOLARES - ESCOLA EB1 DE FONTAÍNHAS - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente, a vinte e cinco de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização do transporte solicitado pela Escola EB1 de Fontaínhas, para deslocação de vinte e oito elementos (alunos e professores), ao Centro Educativo do Cerro do Ouro, no dia dez de março corrente, para realização de uma visita de estudo.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - MESES EM ATRASO DO ANO 2015 E JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016 - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Educação e Ação Social, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo: -----

"Em face do exposto, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere:-----

- a) Dado o mencionado no ponto n.º 4, aprovar os valores de Subsídio de Arrendamento a atribuir aos beneficiários constantes do quadro anexo; -----*
- b) Autorizar o pagamento dos mesmos;-----*
- c) Manifestar a intenção de cessar a atribuição do Subsídio de Arrendamento à beneficiária referida no ponto 2; -----*
- d) Comunicar às(aos) munícipes referidas(os) no ponto 1 o término da atribuição do Subsídio de Arrendamento bem como a possibilidade de os agregados familiares poderem efetuar uma 2.ª candidatura caso se encontrem em situação de extrema gravidade socioeconómica (alínea b) do n.º 1 da Alteração ao Regulamento para a Atribuição de subsídio de Arrendamento)."* -----

Esta informação fazia-se acompanhar do quadro nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação dos

serviços:-----

a) aprovar os valores de subsídio de arrendamento a atribuir aos beneficiários constantes do quadro apresentado; -----

b) autorizar o pagamento dos mesmos; -----

c) manifestar a intenção de cessar a atribuição do subsídio de arrendamento a Natália Sysoeva, a partir de janeiro do ano dois mil e dezasseis, inclusive, e, para cumprimento do estabelecido nos artigos décimo segundo, centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, conceder à beneficiária o prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto;-----

d) mandar comunicar aos munícipes Maria da Graça de Jesus Tirapicos, Aliona Stamatov, Anisa Maria do Espirito Santos da Silva e Lyudmyla Pedure a data do término da atribuição do Subsídio de Arrendamento, bem como a possibilidade de os agregados familiares poderem efetuar uma segunda candidatura, caso se encontrem em situação de extrema gravidade socioeconómica. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - ATRIBUIÇÃO - VALENTINA ROXANA ILIE
- INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Educação e Ação Social, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo:-----

"Face ao exposto, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere atribuir subsídio de arrendamento, no valor mensal de 200,00 € (duzentos euros), ao agregado familiar da candidata Valentina Roxana Ilie, a partir do início de março de 2016, inclusive." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata Valentina Roxana Ilie (candidatura número dezasseis, barra, dois mil e dezasseis), no valor de duzentos euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, inclusive.-----

D - DIVISÃO JURÍDICA E CONTENCIOSO

**= PROCESSO 185/10.8 BELLE-A - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE
LOULÉ - INFORMAÇÕES =**

Relacionadas com este assunto foram apresentadas várias informações e despachos ínsitos nas distribuições SGDCMA/2015/38212, SGDCMA/2015/41590,



SGDCMA/2015/56401, cujas cópias das distribuições detalhadas ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi tomado conhecimento. -----

A senhora vereadora Ana Vidigal sugeriu que o processo 846/09.4- A BELLE - A, fosse também sistematicamente agendado para as reuniões da câmara, à semelhança do que tem sido feito como o Processo 185/10.8 BELLE.A. -----

O senhor vice-presidente disse que os processos são distintos, quer a nível de conteúdo, quer a nível de forma. -----

O senhor presidente defendeu que o processo deve ser acompanhado pela câmara, devendo para esse efeito o senhor consultor jurídico informar a câmara do andamento do mesmo, nomeadamente depois de ter concluído o recurso. -----

**E - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS
= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA
EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA 12 DE JULHO, EM
FERREIRAS" - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCESSO, ABERTURA DE
CONCURSO E DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS COMPONENTES DO JÚRI
- INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"De acordo com as indicações superiores e estando previsto no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2016, sugere-se ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro a execução da obra supracitada por concurso público. -----

Os trabalhos julgam-se absolutamente necessários, estando a sua execução fora do alcance dos nossos serviços devido ao volume, maquinaria necessária e especificidade da obra. -----

O valor previsto para esta obra é de 207.500 € mais IVA. -----

Os Obj./Prog./Projecto do Plano Plurianual de Investimentos do ano 2016 é 03 003 2015/89 e o código de classificação Orçamental é o 04.03/07.01.04.01. -----

Sugere-se a nomeação do júri constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente - Dr. José Carlos Martins Rolo - Vice Presidente -----

1.º Vogal efetivo - Eng.º Paulo Jorge Batalha Lopes Azevedo - Diretor de Departamento; -----

2.º Vogal efetivo - Eng.ª Maria Fátima C. Martins Campos Rodrigues - Chefe de Divisão; -----

1.º Vogal suplente - Eng.º Henrique da Graça Abreu Dinis - Técnico Superior -----

2.º Vogal suplente - Eng.º Vitor Manuel Gonçalves Vaz - Técnico Superior -----
O Presidente do Júri será substituído pelo 1.º Vogal efetivo, nas suas faltas ou impedimentos." -----

O processo encontrava-se instruído com o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Mapa de Quantidades e Plano Geral de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as peças do processo, determinar a abertura do concurso público e proceder à designação dos elementos componentes do júri, nos precisos termos sugeridos na informação.-----

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS TELECOMUNICAÇÕES ATÉ AO PAU DA BANDEIRA" - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCESSO, ABERTURA DE CONCURSO E DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS COMPONENTES DO JÚRI - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"De acordo com as indicações superiores e estando previsto no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2016, sugere-se ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro a execução da obra supracitada por concurso público. -----

Os trabalhos julgam-se absolutamente necessários, estando a sua execução fora do alcance dos nossos serviços devido ao volume, maquinaria necessária e especificidade da obra. -----

O valor previsto para esta obra é de 174.000,00 € (Cento e setenta e quatro mil euros) mais IVA. -----

Os Obj./Prog./Projecto do Plano Plurianual de Investimentos do ano 2016 é 03 003 2015/73 e o código de classificação Orçamental é o 04.03/07.01.04.01. -----

Sugere-se a nomeação do júri constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente - Dr. José Carlos Martins Rolo - Vice Presidente -----

1.º Vogal efetivo - Eng.º Paulo Jorge Batalha Lopes Azevedo - Diretor de Departamento; -----

2.º Vogal efetivo - Eng.ª Maria Fátima C. Martins Campos Rodrigues - Chefe de Divisão;

1.º Vogal suplente - Eng.º Henrique da Graça Abreu Dinis - Técnico Superior -----

2.º Vogal suplente - Eng.º Vitor Manuel Gonçalves Vaz - Técnico Superior -----



O Presidente do Júri será substituído pelo 1.º Vogal efetivo, nas suas faltas ou impedimentos."-----

O processo encontrava-se instruído com o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Mapa de Quantidades e Plano Geral de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as peças do processo, determinar a abertura do concurso público e proceder à designação dos elementos componentes do júri, nos precisos termos sugeridos na informação.-----

**= PRAIAS - PROJETOS "PRAIA SAUDÁVEL" E "PRAIA ACESSÍVEL"
- PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Ana Vidigal foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"Considerando:-----

- *A intenção de formalizar a candidatura, gratuita, das praias de Albufeira ao Galardão Praia Saudável e Praia Acessível.*-----
- *Que a Candidatura ao Projeto Praia Saudável - Para a época 2016, apenas é permitida a candidatura de novos equipamentos para as praias já incluídas no programa até 2015.*-----
- *O Programa Praia Saudável é desenvolvido pela Vodafone Portugal e envolve diferentes entidades como a Marinha Portuguesa, o Instituto da Água, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto Nacional para a Reabilitação e a Associação Bandeira Azul da Europa.*-----
- *A importância deste Programa para o incremento da segurança e qualidade do ambiente nas praias, assim como a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e a sensibilização de todos os frequentadores das zonas balneares para estas questões.*-----
- *O Programa Praia Acessível - Praia para Todos resulta de uma parceria institucional que reúne o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., e o Turismo de Portugal, I.P. e que teve início em 2004.*-----
- *Pretende que as praias portuguesas passem a assegurar condições de acessibilidade a todas as pessoas, independentemente da sua idade, de possíveis dificuldades de locomoção, ou de outras incapacidades que condicionem a sua mobilidade.*-----
- *A importância e mais-valia que representa para a imagem e promoção turística do concelho de Albufeira esta certificação.*-----

-----*PROPONHO*-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a candidatura das praias de Albufeira ao seguinte: -----

- Projeto Praia Saudável -----*
- Sistema Integrado de Comunicações às seguintes praias: Galé Oeste (contígua a poente com a Galé Leste e Nascente com Salgados), Fálesia-Alfamar (contígua a poente com RB Poente e a nascente com Falésia-Açoteias), Olhos de Água (contígua a poente com B. Belharucas e a nascente com Maria Luisa). -----*
- Cadeira Anfíbia - Maria Luisa -----*
- Cinzeiros Praia - Galé Leste, Santa Eulália, Maria Luísa, Barranco das Belharucas, Falésia-Açoteias, RB Poente e RB Nascente. -----*
- Projeto Praia Acessível -----*
 - Candidatura de 15 praias: Salgados, Galé Oeste, Galé leste, Manuel Lourenço, Oura, Peneco, Pescadores, Inatel, Santa Eulália, Maria Luísa, Olhos de água, B. Belharucas, Rocha Baixinha Poente, Rocha Baixinha e Rocha Baixinha Nascente. -----*

As candidaturas, devem seguir até 11 de março, para a Administração de Região Hidrográfica e para que seja dado conhecimento à Fundação Vodafone e à Delegação Marítima de Albufeira."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

F - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO DE VALE PEDRAS" - AUTO DE CONSIGNAÇÃO =

Relativamente a esta empreitada, adjudicada em trinta de setembro de dois mil e oito à empresa Habipro - Construção Civil, Limitada, com posterior cessão da posição contatual à empresa Telhabel, Construções S.A., em cinco de julho de dois mil e onze, foi apresentado o auto de consignação da obra, datado de dezanove de fevereiro último, pelo qual se constata a não existência de modificações em relação aos elementos de solução da obra, tendo sido dada posse ao empreiteiro cessionário dos terrenos circunscritos aos limites da implantação dos trabalhos que constituem a empreitada e dos trabalhos já realizados anteriormente pela empresa Habipro - Construção Civil, Limitada, visando o retorno da execução dos trabalhos da empreitada, incluindo ao trabalhos já executados e os ainda por executar.-----

Foi tomado conhecimento.-----

= PLANOS - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALBUFEIRA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO - INFORMAÇÃO =



Relacionada com o assunto em título referido e subscrita pela chefe da Divisão de Gestão Urbanística e de Planeamento, em regime de substituição, foi apresentada uma informação que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que conclui referindo: -----
"Face do disposto no artigo 76.º, no artigo 77.º, no n.º 2 do artigo 88.º e no n.º 3 do artigo 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, decreto-lei n.º 80/ 2015 de 14 de maio, deverá a Câmara Municipal deliberar: -----

- 1. Dar início ao procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Albufeira em conformidade com os termos de referência apresentados em anexo; -----*
- 2. Estabelecer o prazo de elaboração de 3 anos, conforme calendarização constante nos termos de referência;-----*
- 3. Determinar um prazo de 30 dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, nos termos do n.º 2 do Artigo 88.º do RJIGT; -----*
- 4. Determinar a publicação no Diário da República, divulgação na comunicação social, na internet e no boletim municipal do Aviso que divulgue o teor da presente deliberação nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT. ---*
- 5. Tomar conhecimento do "Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município" e dos "Termos de Referência do Procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Albufeira" que constituem anexo à deliberação. -----*
- 6. Dar conhecimento à CCDR-Algarve do teor do deliberado e respetiva documentação de base." -----*

Esta informação fazia-se acompanhar da proposta de "Termos de Referência do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Albufeira", Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município, minuta de Aviso e minuta de ficha de participação preventiva, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:-----

- a) dar início ao procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Albufeira, com base nos termos de referência apresentados;-----**
- b) definir um prazo de elaboração de três anos;-----**
- c) estabelecer um prazo de trinta dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser**

consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, nos termos do número dois do artigo octogésimo oitavo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----

d) mandar publicar no Diário da República e divulgar na comunicação social, na página da internet e no boletim municipal o Aviso que divulgue o teor da presente deliberação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto e da alínea a) do número quatro do artigo centésimo nonagésimo primeiro do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----

e) tomar conhecimento do "Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município" e dos "Termos de Referência do Procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Albufeira" apresentados; -----

f) informar a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-Algarve do teor da presente deliberação e da respetiva documentação de base. -----

= PLANOS - ALTERAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA FRENTE DE MAR DA CIDADE DE ALBUFEIRA - INÍCIO DE PROCEDIMENTO - INFORMAÇÃO =

Relacionada com o assunto em título referido e com origem na Divisão de Gestão Urbanística e de Planeamento, foi apresentada uma informação que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que conclui referindo: -----

"Face ao exposto, encontra-se o processo em condições da digníssima Câmara Municipal, caso assim o entenda, deliberar:-----

- 1. Dar início ao procedimento de alteração do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira nos termos do artigo 118.º e n.º 1 do artigo 119.º do RJIGT, com base nos termos de referência apresentados em anexo; -----*
- 2. Estabelecer o prazo de 21 meses para a elaboração conforme calendarização constante nos termos de referência; -----*
- 3. Determinar um prazo de 15 dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, nos termos do n.º 2 do Artigo 88.º do RJIGT;-----*
- 4. Qualificar esta alteração como não sujeita a procedimento de avaliação ambiental estratégica, com base nos critérios apresentados e nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação vigente, em conjugação com o n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT;-----*
- 5. Determinar a publicação no Diário da República, divulgação na comunicação social, na*



internet e no boletim municipal do Aviso que divulgue o teor da presente deliberação nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT. ---
6. Dar conhecimento à CCDR-Algarve do teor do deliberado e respetiva documentação de base." -----

Esta informação fazia-se acompanhar da proposta de "Termos de Referência do Procedimento de Alteração do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira", ficha de fundamentação para a não realização de Avaliação Ambiental Estratégica, minuta de Aviso e minuta de ficha de participação preventiva, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:-----

- a) dar início ao procedimento de alteração do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira, com base nos termos de referência apresentados e nos termos do artigo centésimo décimo oitavo e número um do artigo centésimo décimo nono, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; ---
- b) definir um prazo de elaboração de vinte e um meses;-----
- c) estabelecer um prazo de quinze dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, nos termos do número dois do artigo octogésimo oitavo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----
- d) qualificar esta alteração como não sujeita a procedimento de avaliação ambiental estratégica, com base nos critérios apresentados e nos termos do previsto no número um do artigo quarto do Decreto-Lei número duzentos e trinta e dois, barra, dois mil e sete, de quinze de junho, na redação vigente, em conjugação com o número um do artigo centésimo vigésimo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----
- e) mandar publicar no Diário da República e divulgar na comunicação social, na página da internet e no boletim municipal o Aviso que divulgue o teor da presente deliberação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto e da alínea a) do número quatro do artigo centésimo nonagésimo primeiro do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----
- f) informar a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-Algarve do teor da presente deliberação e da respetiva documentação de base.-----

= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =

Dos pareceres, autos e outros elementos referidos nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e segundo o critério deste, que foram rubricadas pelos senhores membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião. -----

As descrições dos pedidos que seguem, relacionadas com este tema, tiveram minutas elaboradas sob a exclusiva responsabilidade do mesmo departamento. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 9313 de 10-03-2015; ECMA23002 de 12-06-2015 e 31697 de 21-08-2015-----

Processo n.º: **11/2015** -----

Requerente: **Diane Iria Silva e Outros** -----

Local da Obra: Cerro Grande, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Alteração e ampliação de moradia, construção de piscina, casa de máquinas, barbecue e muro de vedação -----

Apreciação de licenciamento-----

Foi, por unanimidade, deferido o pedido de licença tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezasseis e informação da Divisão de Obras Particulares de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis, devendo o exterior ser pintado de branco. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 11184 de 23-03-2015; ECMA25067 de 29-06-2015; 27596PU de 20-07-2015 e 27596 de 20-07-2015 -----

Processo n.º: **15/2015** -----

Requerente: **Prime Wash - Exploração de Centros de Lavagens de Automóveis, Lda** -----

Local da Obra: Zona Comércio e Serviços da Guia - Makro, freguesia da Guia-----

Assunto: Licença - Construção de lavagem de automóveis "Jet Wash" -----

Aprovação do projecto de arquitectura-----

Prazo Ultrapassado -----

Foi, por unanimidade, deliberado indeferir o pedido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezasseis e com os fundamentos referidos na deliberação camarária de vinte e oito de outubro de dois mil e quinze. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 17807 de 08-05-2015 e ECMA46663 de 17-12-2015-----

Processo n.º: **28/2015** -----

Requerente: **Carlos Henrique dos Santos Cruz Rebelo** -----



Local da Obra: Almeijoafras, freguesia de Paderne-----
Assunto: Licença - Construção de lar de idosos e residências assistidas -----
Pedido de prorrogação de prazo por mais 90 dias -----
Foi, por unanimidade, deferido o pedido de prorrogação de prazo por mais noventa dias. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 33315PU de 08-09-2015 e 33315 de 08-09-2015-----
Processo n.º: **17EA/2014**-----

Requerente: **Paulo Jorge da Costa Pereira**-----

Local da Obra: Ferreiras, freguesia de Ferreiras -----
Assunto: Licença - recinto itinerante "Circo Royal" -----
Prazo Ultrapassado -----

Foi, por unanimidade, deliberado indeferir o pedido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezasseis e com os fundamentos referidos na deliberação camarária de vinte e um de outubro de dois mil e quinze. -

◆ Requerimento (s) n.º (s): 5052PU de 09-02-2015 e 5052 de 09-02-2015-----
Processo n.º: **630/1979**-----

Requerente: **Braulio Luís Costa Carneiro**-----

Local da Obra: Estrada de Vale de Pedras, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----
Assunto: Licença - Alteração e ampliação de edifício de habitação -----
Aprovação do projecto de arquitectura-----

Prazo Ultrapassado -----

Foi, por unanimidade, deliberado indeferir o pedido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezasseis e com os fundamentos referidos na deliberação camarária de catorze de outubro de dois mil e quinze. ----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 6030 de 23-02-2016-----
Processo n.º: **2EA/2016**-----

Requerente: **Funtrust - Comércio e Serviços, Lda**-----

Local da Obra: Rua Teixeira Gomes, Edifício Telha Verde, Bloco 2, Fração AL, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----
Assunto: Licença - Recinto Itinerante e Outros-----

Foi, por unanimidade, mandar transmitir ao requerente a informação técnica datada de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

= APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA =

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o senhor presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinquagésimo

sétimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da acta em minuta. -----

Tendo sido deliberado, por unanimidade, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade. -----

= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

= ENCERRAMENTO =

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente acta, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha, diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, que secretariei. -----

